



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000300738

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nesses autos de Inquérito Policial nº 0278455-15.2011.8.26.0000, da Comarca de Itanhaém, em que , são MARCO AURELIO GOMES DOS SANTOS (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITANHAÉM) e JOÃO CARLOS FORSELL NETO (EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITANHAÉM).

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Determinaram o arquivamento do presente inquérito policial. V.U." de conformidade com o voto de relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores EDISON BRANDÃO (Presidente sem voto), EUVALDO CHAIB E IVAN SARTORI.

São Paulo, 28 de abril de 2015

Luis Soares de Mello
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Voto n.º 35.397

Inquérito Policial n.º

0278455-15.2011.8.26.0000

Comarca: Itanhaém

Investigados: Marco Aurélio Gomes dos Santos
(Prefeito do Município de Itanhaém) e João Carlos
Forsell Neto (Ex-Prefeito do Município de Itanhaém)

EMENTA: Inquérito Policial instaurado contra Prefeito Municipal. Suposta prática de tráfico de entorpecentes, roubo de carga, extinção irregular de débitos tributários e dispensa de licitação fora de hipótese legal. Pedido de arquivamento formulado pela Procuradoria de Justiça. Vinculação desta C. 4ª Câmara de Direito Criminal. Arquivamento determinado.

Visto.

Trata-se de inquérito policial instaurado contra Marco Aurélio Gomes dos Santos (*Prefeito do Município de Itanhaém*) e João Carlos Forsell Neto (*Ex-Prefeito do Município de Itanhaém*), imputando-lhes a prática, em tese, de tráfico de entorpecentes, roubo de carga, extinção irregular de débitos tributários e dispensa de licitação fora de hipótese legal, *f. 9/10*.

Em razão de um dos investigados possuir foro por prerrogativa de função, os autos foram remetidos a esta C. Corte de Justiça, *f. 1308/1309*.

Autos distribuídos (*f. 1332*), realizou-se diligência requerida pelo "*Parquet*", *f. 1333*, e, após cumpridas, foram imediatamente encaminhados à d. Procuradoria Geral de Justiça que, após vista regular, conclui, em parecer respeitável, pelo arquivamento do feito (*f. 1389/1395*), chegando os autos ao Gabinete do Relator, finalmente, aos *6.mar.2015 (f. 1396)*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

É o relatório.

Inquérito Policial instaurado contra o Prefeito e do Município de Itanhaém e o Ex-Prefeito do mesmo município, imputando-lhes a prática, em tese, de tráfico de entorpecentes, roubo de carga, extinção irregular de débitos tributários e dispensa de licitação fora de hipótese legal.

O feito há de ser arquivado, nada obstante.

Dês que, havendo proposta de arquivamento formulada pela ilustre D.Procuradoria Geral de Justiça, outra solução não há, senão acolhê-la, *f. 1389/1395*.

Porque se o próprio titular da "*opinio delicti*" não vislumbra elementos necessários à propositura de eventual e futura ação penal, descabe a esta C. 4ª Câmara Criminal obrigá-lo a oferecê-la.

Como de farta e pacífica jurisprudência, incluso do Órgão Especial desta Colenda Corte:

"Processual Penal. Representação. Arquivamento. Assentada jurisprudência do Tribunal sobre a legalidade do arquivamento de representação criminal, determinada pelo Procurador-Geral a quem caiba decidir, em última instância, quanto à propositura da ação penal" (RSTJ 83/298).

"Representação Criminal – Apuração de conduta de Magistrado Federal – Necessidade – Procedimento Administrativo – Medida de rigor – Ausência de elementos de convicção para oferecimento de denúncia – Pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público Federal – Dominus Litis - Vinculação – Inaplicabilidade do artigo 28, do Código de Processo Penal –



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Precedentes – Representação Criminal arquivada”. (Superior Tribunal de Justiça, Corte Especial, Representação n.º 2009/0155478-2, r. Min. Massami Uyeda, j. 21.09.2011, v.u.)

“REPRESENTAÇÃO CRIMINAL. Promotor de Justiça. Parecer da Procuradoria de Justiça pelo arquivamento. Procuradoria Geral de Justiça que é o órgão titular da ação penal pública nos feitos de competência originária, ao qual compete decidir, conseqüentemente, sobre a apresentação, ou não, de denúncia. Ausência de elementos a fim de indicar que o Promotor de Justiça tivesse praticado fato criminoso. Arquivamento acolhido.” (Tribunal de Justiça de São Paulo. Órgão Especial. Representação Criminal n.º 0199460-85.2011.8.26.0000, r. Des. Samuel Júnior, j. 26.10.2011, v.u).

POSTO, determina-se o *arquivamento do presente inquérito policial*.